

AS MULHERES NA UNIÃO DOS OPERÁRIOS EM FÁBRICAS DE TECIDOS: ATUAÇÕES, OBSTÁCULOS E NEGOCIAÇÕES (RIO DE JANEIRO, 1926 – 1930)

WOMEN IN THE UNION OF WORKERS IN TEXTILE FACTORIES:
ACTIONS, OBSTACLES AND NEGOTIATIONS (RIO DE JANEIRO,
1926 – 1930)

Isabelle Cristina da Silva Pires¹

RESUMO: Com o intuito de contribuir para o debate sobre história das mulheres e sindicalismo, esse artigo procura ressaltar as atuações das mulheres na União dos Operários em Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro entre 1926 e 1930. Nesse sentido, propõe analisar algumas atuações, certos obstáculos e determinadas formas de negociação implementadas pelas mulheres nesse sindicato na tentativa de vivenciar a cultura sindical e na defesa de suas próprias pautas por dentro dos limites possíveis.

PALAVRAS-CHAVE: História das mulheres; sindicato; Rio de Janeiro; Primeira República

ABSTRACT: In order to contribute to the debate on women history and unionism, this article seeks to highlight the actions of women in the União dos Operários em Fábricas de Tecidos of Rio de Janeiro between 1926 and 1930. Thus, it proposes to analyze some actions, certain obstacles and certain forms of negotiation implemented by women in this union in an attempt to experience the union culture and in defense of their own agendas within the possible limits.

KEYWORDS: Women history; Unions; Rio de Janeiro; First Republic

Introdução

* Este artigo é resultado de uma parte desenvolvida e adaptada de um dos capítulos de minha tese de doutorado em construção. A pesquisa conta com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

¹ Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Pesquisadora do Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho (LEHMT/UFRJ). Mestre em História, Política e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Graduada e Licenciada em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: isabellecpires@gmail.com

A União dos Operários em Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro criada em 1917 se propunha a angariar o maior número possível de afiliações de operários e operárias do ramo. Apesar das mulheres não ocuparem os cargos de diretoria, elas se faziam presentes nas assembleias do sindicato, aproveitavam as reuniões para tomar a fala e reivindicar suas vozes na organização, atuavam para o fortalecimento da associação e para que suas demandas fossem priorizadas entre as pautas defendidas pelo sindicato. Durante uma greve dos/as trabalhadores/as da Fábrica de Tecidos Aliança, iniciada pelos trabalhadores menores em outubro de 1917, a operária Elisa Gonçalves, proferindo um discurso que demonstrava “intelligencia viva e verdadeiros dotes oratorios” prendeu a atenção da assembleia, com numerosa presença de senhoras, pedindo a solidariedade dos companheiros e companheiras presentes “para a unificação da classe e o prestígio da associação de resistencia”². Dois meses depois, em dezembro do mesmo ano, operárias da mesma fábrica se reuniram na sede da UOFT e formaram uma comissão para entregar ao chefe de polícia a decisão dos/as grevistas para retornarem ao trabalho.

Em momentos de greve, as reuniões que ocorriam nas sedes dos sindicatos eram fundamentais para que se discutissem os rumos do movimento paredista. Em 24 de outubro de 1917, foi convocada assembleia na sede da União dos Operários em Fábricas de Tecidos para debater a situação da greve na Fábrica Aliança, iniciada por menores, para reivindicar que a diretoria do estabelecimento cumprisse a promessa de aumentar os salários desses jovens trabalhadores. É importante apontar que o trabalho de menores era um dos pontos centrais das discussões entre o operariado e foi uma das causas para a deflagração de greves ao longo do ano de 1917 (FRACCARO, 2017, p. 85).

Deve-se mencionar que, assim como pontuou Edilene Toledo, 1917 foi um “ano extraordinário” no qual greves e manifestações ocorreram em diversas partes do país contra o alto custo de vida, o trabalho das crianças, os baixos salários; e a favor do salário mínimo, da jornada de oito horas, da equiparação

² OS TECELÕES agitam-se na Fabrica de Tecidos Alliança. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p.7, 25 out. 1917.

salarial entre homens e mulheres, entre outras pautas, sendo as reivindicações essencialmente trabalhistas. Além de ter sido o ano de constituição de sindicatos de várias categorias, como os têxteis, metalúrgicos, marceneiros, trabalhadores da construção civil, entre outras. Toledo destaca ainda a importante participação das mulheres, nesses movimentos reivindicativos, como trabalhadoras, mães, esposas e moradoras dos bairros populares (TOLEDO, 2017, p. 499-505).

O presidente da UOFT abriu os trabalhos da reunião ressaltando a importância da sindicalização para a resistência do operariado perante as explorações do sistema fabril. Em seguida, tomaram a palavra os operários Roque, Peres, Severino Alves, Manuel Castro, Guilhermino Leite, entre outros, sendo Elisa Gonçalves a única mulher a dirigir-se à assembleia aquela noite para discursar. O momento em que a operária atraiu a atenção do público presente na reunião, inclusive, foi registrado pelo *Jornal do Brasil*, como podemos ver na imagem abaixo:

IMAGEM 1 – Elisa Gonçalves na assembleia da União dos Operários em Fábricas de Tecidos



Fonte: OS TECELÕES agitam-se na Fabrica de Tecidos Alliança. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 7, 25 out. 1917.

Com seu punho cerrado, Elisa Gonçalves representou os oradores que discursaram, aquela noite na UOFT, por meio da fotografia publicada nas páginas do *Jornal do Brasil*. De pé, a operária não discursou num púlpito ou palco, preferiu, portanto, proferir suas palavras no meio de uma numerosa assembleia composta de homens e mulheres que a acompanhava de perto. Elisa tratou da greve protagonizada pelos menores e procurou sensibilizar seus ouvintes para a relevância do sindicato como espaço de resistência.

A atuação da operária na UOFT naquela noite nos possibilita refletir sobre os espaços que dispunham as mulheres em um sindicato que as incentivava à sindicalização como forma de fortalecimento da associação, mas que parecia limitar suas possibilidades de ação. Gláucia Fraccaro nos convida a ir além das fronteiras impostas pelos sindicatos para compreender que a presença de mulheres nessas associações não pode ser entendida como casos de excepcionalidade. É preciso, portanto, analisar a presença delas atentando para suas pautas específicas e a forma como suas demandas se integravam na atuação política mais ampla da classe (FRACCARO, 2017, p. 76).

Paola Cappellin aponta que as organizações sindicais foram construídas com a participação de homens e mulheres se pautando num debate sobre trabalho – muitas vezes assexual – que alicerçou uma representação predisposta pelos homens e para os homens. Se estas são as bases nas quais historicamente a solidariedade operária se apoiou, torna-se preciso então dar atenção à introdução das mulheres trabalhadoras no sindicalismo a fim de que suas demandas não sejam mascaradas ou desconhecidas (CAPPELLIN, 1994, p. 273).

Por conta das dificuldades enfrentadas pelas mulheres para participarem de associações de classe e ocuparem posições de destaque nestas, problema apontado por Boris Fausto (FAUSTO, 1983, p. 129), as trabalhadoras acabaram sendo mais associadas a reivindicações desorganizadas e difusas, como caracterizou Margareth Rago (RAGO, 2014, p. 97-103), visto que muitas greves e paralisações, lideradas por elas, emergiam de forma “espontânea” devido às precárias condições de trabalho nas fábricas (FARNSWORTH-

ALVEAR, 1996, p. 141-167). No entanto, Isabelle Pires procurou analisar experiências de mulheres trabalhadoras que encontraram brechas dentro de sua associação de classe e assumiram a liderança de movimentos que reivindicavam melhores condições de trabalho para os/as operários/as têxteis, bem como, defendiam a justiça social e assumiram protagonismo entre os trabalhadores da Fábrica de Tecidos Aliança no contexto dos movimentos grevistas de 1917 e 1918 (PIRES, 2018, p. 40-69).

Dentre as pautas reivindicadas pelas trabalhadoras têxteis da Capital Federal nas primeiras décadas do século XX, podemos mencionar aumento de salários e equidade salarial entre homens e mulheres, dispensa remunerada para parto, construção de creches nas fábricas, intervalos na jornada de trabalho para amamentação, entre outras. Além disso, elas eram fundamentais na luta por melhores condições de trabalho para a classe operária em geral, bem como, relevantes para engrossar movimentos de paralisação da produção e fortalecer o sindicato da categoria, a UOFT.

Retratadas, sobretudo na imprensa por articulistas e militantes operários, como “frágeis e indefesas”, “passivas” e “sem consciência política”, elas, na verdade, participaram ativamente das lutas operárias, atuaram em mobilizações, paralisaram o funcionamento das fábricas, tomaram parte em piquetes, demandando melhores condições de trabalho para a categoria, além de reagirem frente aos maus tratos e aos assédios por parte de mestres e patrões (FARNSWORTH-ALVEAR, 1996; MATOS, BORELLI, 2013; FRACCARO, 2016, 2017; PIRES, 2018).

No tocante à participação sindical, de acordo com Joel Wolfe, no contexto paulista, as mulheres, nas primeiras décadas do século XX, procuraram evitar os sindicatos dominados por homens e optaram pela organização de associações formais e informais, tal como as comissões de fábricas compostas exclusivamente de mulheres (WOLFE, 1993, p. 13). Contudo, percebo contornos diferentes nas atuações das trabalhadoras têxteis da Capital Federal.

Assim, com o intuito de contribuir para o debate sobre história das mulheres e sindicalismo (ALMEIDA, 2021; CAPPELLIN, 1994; FRACCARO, 2017; KAMADA, 2021; LOBO, 1991; SANDERBERG et al., 2000; SANTOS, 2020), procuro refletir sobre as atuações das mulheres em um sindicato nos anos finais da Primeira República. Este artigo propõe analisar suas agências, certos obstáculos e determinadas formas de negociação implementadas por elas na União dos Operários em Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro entre 1926 e 1930. Considerando o sindicato como espaço de resistência do operariado, assim como ambiente de debate de ideias e direitos, busco argumentar aqui que na UOFT, as mulheres partilharam dessa cultura sindical e procuraram defender suas próprias pautas por dentro dos limites possíveis.

Nas brechas da União dos Operários em Fábricas de Tecidos

A União dos Operários em Fábricas de Tecidos, desde sua fundação em 10 de agosto de 1917, tinha como intuito “trabalhar para o desenvolvimento moral, intellectual e moral da classe, defendendo obrigatoriamente os seus associados nos limites da ordem e do direito, defendendo-os em caso de perseguição e injustiças e prestando-lhes os recursos morais e jurídicos que forem necessarios...”³. No artigo 1º de seu estatuto declarava compor-se de “ilimitado numero de socios de ambos os sexos, sem distinção de classes, raças, religiões, nacionalidades ou credo político”⁴. Essa associação que procurava angariar o maior número possível de sindicalizações no setor têxtil, demonstrava-se mista, sem preconceitos raciais e aberta a nacionais e imigrantes, mas atribuía espaços específicos às mulheres na dinâmica de funcionamento do sindicato.

³ **EXTRATO da União dos Operários em Fábricas de Tecidos.** Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. Fundo: Primeiro Ofício de Registros de Títulos e documentos do Rio de Janeiro. Série: Estatutos de Sociedade Civil. Notação: V- 61. Registro nº.910. 24 de janeiro de 1918.

⁴ **ESTATUTOS da União dos Operários em Fábricas de Tecidos.** Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. Fundo: Primeiro Ofício de Registros de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro. Série: Estatutos de Sociedade Civil. Notação: V-61. Registro nº.910. 24 de janeiro de 1918.

A UOFT procurou desde sua inauguração estar a par das demandas do operariado têxtil, estimular a sindicalização de homens e mulheres do setor, realizar eventos para debater questões da categoria, angariar novos membros e demarcar espaço na esfera pública. No ano de 1926, por exemplo, no 9º aniversário do sindicato, a celebração teve destaque no *Jornal do Brasil* e contou com a presença de operários/as têxteis, representantes de associações coirmãs e membros da imprensa. José Pereira de Oliveira, presidente da União, abriu a sessão com um breve discurso em que destacou pontos referentes à organização operária. Tomaram a palavra no evento representantes do Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa, do Centro dos Operários das Pedreiras, da União dos Operários em Fábricas de Tecidos de Petrópolis, da Liga dos Inquilinos e Consumidores, do Centro Cosmopolita, da Sociedade União dos Fogueiros, das Associações de Marinheiros e Remadores e mais 10 associações proletárias. Falaram também os membros da mesa diretora e diversos associados, que trataram da importância da organização do operariado e do histórico da União. Encerrada a sessão teve início o baile que durou até a madrugada⁵.

O *Jornal do Brasil* publicou duas imagens do evento:

IMAGEM 2 – Mesa diretora / Assembleia



Fonte: UNIÃO dos Operarios em Fabricas de Tecidos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 9, 10 ago. 1926.

⁵ UNIÃO dos Operarios em Fabricas de Tecidos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 9, 10 ago. 1926.

Na primeira imagem, vemos a mesa diretora organizada para comandar os trabalhos naquela sessão. Tal mesa foi composta por 5 homens, sendo eles, Nicanor Nascimento, como presidente, Agripino Nazareth, Salles Filho, Sá Freire e o representante da Aliança dos Operários em Calçados e Classes Anexas, cujo nome não foi registrado na reportagem. Na fotografia, os membros se encontram de pé atrás da mesa que os divide da assembleia que acompanha a sessão. Mesmo com a baixa qualidade da imagem, é possível presumir que ao menos o quarto membro da mesa (da esquerda para a direita) era negro, visto que é o que aparece com o tom de pele mais enegrecido dentre todos os componentes da fotografia. Ao que parece, os demais membros da mesa seriam brancos. Na segunda imagem, vemos a assembleia que acompanhou e participou do evento. Na primeira fileira, é possível notar quatro mulheres brancas sentadas e uma cadeira vazia que divide as senhoras em duas de cada lado. Nas fileiras de trás vemos a numerosa quantidade de homens e mulheres sentados e alguns homens de pé ao fundo do salão. Saliento que apesar da considerável presença de mulheres na celebração, com algumas até ocupando a primeira fileira da assembleia, não ficou noticiada a presença delas no texto que acompanhou as imagens e, tampouco, registrou-se se ao menos uma proferiu alguma declaração no evento. Segundo o texto publicado no *Jornal do Brasil*, apenas homens pediram a palavra na celebração.

A partir de 1926, por conta de sua atuação nas reuniões no Conselho Nacional do Trabalho, que regulamentaram a Lei de Férias promulgada em 1925, a UOFT procurou estimular em seus/suas associados/as o apreço pela reivindicação desse direito recém-conquistado. Mas, para que a pressão sobre os patrões fosse efetiva era preciso, além da instrução do operariado e do incentivo à valorização das férias, incitar a organização proletária por meio da sindicalização na União para que a pressão tivesse força. Nesse sentido, em 30 de setembro, um grupo de operários têxteis distribuiu aos seus colegas um manifesto no qual, além de ser abordada a falta de trabalho para a categoria, também foi levantada a questão das férias:

Como é de conhecimento geral, já este anno começa a vigorar a lei federal que concede 15 dias padrões a todos os operarios e annuaes de ferias, por conta dos empregados na industria e no commercio do paiz.

[...]

A questão aqui é, pois, a seguinte: como vamos gozar, já este anno, os quinze dias de ferias determinados pela lei? Não quererão os patrões fazer chicana com a actual falta de trabalho para, baseados nisto, nos sonegarem as ferias, burlando a lei?⁶

No manifesto foi reforçada a preocupação com a execução do direito às férias frente ao desinteresse do empresariado do setor na aplicação dessa lei. A situação se agravava com a falta de trabalho no período, visto que requisitar seu direito e se ausentar do trabalho por quinze dias poderia causar no/a operário/a insegurança quanto à estabilidade no seu trabalho em virtude da alta demanda de mão de obra em um mercado que se encontrava em instabilidade. Na defesa desse direito, o manifesto destacava a importância da organização sindical e convocava o reingresso nas fileiras da União dos Operários em Fábricas de Tecidos. A convocação para “reingresso” demonstrava que a associação havia passado por um período pujante com grande número de sindicalizados/as e com forte influência sobre o setor, entre os anos de 1917 e 1919 em que ocorreram diversas greves e protestos da categoria com apoio da União (PIRES, 2014, p. 113-166; PIRES, 2018, p. 40-69) e que, por conta desse período efervescente, a UOFT foi reprimida e fechada por ser considerada uma das principais responsáveis pelo surto grevista daquele momento. O sindicato foi reaberto pela solicitação de José Pereira de Oliveira (GOMES, 2005, p. 158), que buscava retomar sua força por meio da luta pelo direito às férias.

É preciso destacar que esse início dos anos 1920 havia sido marcado pelas derrotas dos operários, por uma queda da atividade econômica e pela estreita cooperação entre polícia e empregadores que dificultava a insurgência de grandes greves no período. John French aponta que ao longo da década o declínio da produção industrial e as dificuldades econômicas fizeram com que os operários percebessem que nem mesmo uma paralisação prolongada

⁶ O OPERARIADO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 17, 30 set. 1926.

alcançaria os resultados que teria em tempos de produção próspera (FRENCH, 1995, p. 41). Marcelo Badaró ressalta ainda que na esteira das mobilizações operárias ocorridas nos anos anteriores, que tiveram grandes proporções, o nível de especialização da ação policial se intensificou e a tarefa de reprimir o movimento operário ficou mais explícita (MATTOS, 2004, p. 256). Portanto, outras formas de pressionar o patronato deveriam ser colocadas em prática.

Em novembro, a União publicou uma convocatória para o operariado das fábricas de tecidos da região do Jardim Botânico e da Gávea:

União dos Operários em Fabricas de Tecidos –
Convidamos as companheiras e os companheiros das
Fabricas Carioca, Corcovado e Cotonificio Gavea, a se
reunirem depois de amanhã 11 do corrente, ás 19 horas, em
nossa succursal, á rua Lopes Quintas n. 18, pois torna-se
indispensavel a presença de todos os operarios desta
localidade. – Pela Directoria, Nelson Albernaz, 1º
secretario⁷.

Notemos que foi salientada que a presença das operárias dessas fábricas também era requisitada na reunião. Em geral, nas publicações da UOFT nos jornais eram usados termos masculinos gerais como “companheiros”, “operários”, “operariado” para convocar a classe operária e que nos permite entender que tais termos eram empregados para abarcar homens e mulheres. Mas em alguns casos, tal como nessa publicação, é possível perceber que havia uma preocupação maior em deixar claro que a presença das mulheres também era requerida nas reuniões que debateriam os problemas da classe e convocada para compor as fileiras do sindicato.

Sendo o setor têxtil um ramo da indústria que empregava grande quantidade de mulheres era importante incentivar a sindicalização delas já que a União buscava o fortalecimento e o crescimento do sindicato naquele período. Englobar as mulheres e suas pautas significava abarcar perspectivas específicas da realidade delas e levar outras discussões para a associação. Deve-se

⁷ O OPERARIADO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 12, 09 nov. 1926.

mencionar que, de acordo com o Censo de 1920, o Distrito Federal ocupava 20.054 operários na indústria têxtil e, destes, 41% (8.275) eram mulheres⁸.

Ruth Milkman argumenta que a relação entre mulheres e sindicatos têm sido ambígua. De um lado, há diversas evidências de tratamentos hostis direcionados a elas pelas organizações trabalhistas. Muitos sindicatos as proibiam de se sindicalizarem e, quase todos, tendiam a excluí-las das posições de poder. Tais organizações atuavam também no sentido de reforçar, ao invés de questionar, as desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Por outro lado, segundo a autora, é indiscutível que as mulheres sindicalizadas alcançavam melhores condições do que as companheiras não sindicalizadas. Ou seja, o pertencimento a um sindicato parece ter um enorme potencial como instrumento de melhoria da situação das trabalhadoras (MILKMAN, 1991, p. xi).

Na UOFT, essa ambiguidade se mostrava evidente ao passo em que era desejado pelas lideranças do sindicato que as mulheres se sindicalizassem, mas elas não ocupavam cargos de diretoria, como veremos. Contudo, apesar disso, as pautas delas eram encaradas como problemas que deveriam ser enfrentados pela União.

Nas principais chapas que concorreram à eleição no ano de 1926, as mulheres não estavam entre aqueles que disputavam os cargos de diretoria. A disputa para a escolha da mesa diretora que atuaria durante o ano de 1927 foi bem acirrada, tendo 4 chapas concorrendo, mas 2 pareciam ter maiores chances de vitória. Uma era a que José Pereira de Oliveira apoiava. Ele havia presidido a União naquele ano, até que Alcino José Alves ocupou a presidência entre novembro e dezembro. Tendo como candidato à presidência um líder operário de Petrópolis, Antonio Cassús, a chapa também contava com elementos de relevância do meio têxtil da Capital Federal, sendo eles:

Presidente – Antonio Cassús – Fabrica Nossa Senhora do Sameiro

1º Secretario – Manuel Dias Ferreira – Fabrica Bom Pastor

2º Secretario – Joaquim Alves do Couto – Fabrica Alliança

⁸ BRASIL. **Recenseamento geral do Brasil de 1920**. Volume V. Rio de Janeiro. Typ. da Estatística. 1927. p. 254.

1º Thesoureiro – João Baptista
 2º Thesoureiro – Amaro Vieira – Fabrica Botafogo (algodão)
 1º Procurador – Domingos de Amorim – Fabrica Botafogo
 (lã)⁹

A outra era denominada Bloco Têxtil, liderada por Nelson Albernaz, que acusava seus opositores de viverem “agarrados à casaca dos doutores e à politicagem desorganizadora”¹⁰, por conta de José Pereira de Oliveira ser um líder amarelo e ligado às autoridades policiais da cidade. A chapa que, segundo Angela de Castro Gomes, era uma facção do Partido Comunista (GOMES, 2005, p. 159), apesar de tal informação não constar nas publicações do Bloco Têxtil no jornal *A Manhã*, foi composta da seguinte forma:

Presidente, Nelson Albernaz
 Vice-presidente, Domingos de Amorim
 1º secretário, Luiz Manoel dos Santos
 2º secretário, Gerson Figueiredo Barroso
 1º thesoureiro, José Lima
 2º thesoureiro, Augusto Vianna
 Procurador, Hermenegildo Figueira¹¹

Domingos de Amorim que aparece como candidato nas duas chapas declarou ter sido incluído na chapa de Antonio Cassús sem ser consultado. Além de não dar seu apoio à chapa concorrente, Amorim ainda afirmou estar solidário ao Bloco Têxtil e por isso fazia parte da chapa. De acordo com nota publicada no jornal *A Manhã* pelo Bloco Têxtil, Alcino José Alves e Joaquim Alves do Couto também protestaram contra a inclusão de seus nomes na chapa de Cassús¹². Ao que parece, alguns nomes que conferiam credibilidade à chapa de Cassús, por serem destacados líderes operários em diferentes fábricas de tecidos do Distrito Federal, estavam em conformidade com ele apenas no papel, visto que, até mesmo, um dos candidatos concorria na chapa adversária. Com isso, o Bloco Têxtil denunciava que o grupo concorrente seria uma chapa nula,

⁹ O OPERARIADO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 15, 18 dez. 1926.

¹⁰ A ELEIÇÃO do dia 18 na U. O. em Fabricas de Tecidos. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 17 dez. 1926.

¹¹ A ELEIÇÃO do dia 18 na U. O. em Fabricas de Tecidos. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 7, 1 dez. 1926.

¹² PELO resurgimento da U. O. em Fabricas de Tecidos. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 19 dez. 1926.

afinal, alguns inscritos como candidatos nem ao menos tinham dado consentimento em disputar a eleição ao lado de Antonio Cassús.

A chapa comunista também procurou ressaltar que diferente da sua concorrente contava com um programa de trabalho para a diretoria em 1927. Dentre os seus 9 pontos, destaque:

6º - Lutarmos pela melhoria das condições de trabalho das operarias textéis.

7º - Lutarmos para que o regulamento das férias anuais seja executado na melhor maneira, em benefício dos operários.

8º - Lutarmos pela reorganização dos operários e das operarias em fábricas de tecidos, lã, algodão, malha, sêda, rendas e juta¹³.

Notamos que a preocupação com a implementação da Lei de Férias também se apresentava entre aqueles que rivalizavam com José Pereira de Oliveira. Ao alegar que lutariam pela execução das férias da melhor forma “em benefício dos operários”, o Bloco poderia estar se colocando como a ala de defesa dos interesses do operariado em contraposição à chapa que Pereira de Oliveira apoiava, que diziam ser a favor da conciliação com o patronato.

Percebemos ainda que apesar das mulheres não figurarem nas chapas, a preocupação com as condições de trabalho delas nas fábricas constava entre as pautas do Bloco Têxtil, o que poderia demonstrar que elas faziam pressão nas reuniões e assembleias para que suas demandas também recebessem atenção e que fossem debatidas nos encontros do sindicato. Sendo elas parte do eleitorado era importante também demonstrar que a chapa estava a par de suas reivindicações e que as colocavam entre as prioridades de atuação para o próximo ano. Para Paola Cappellin, abarcar as pautas das mulheres paulatinamente alteraram o perfil e a configuração das associações sindicais por introduzir na cultura política o debate de gênero (CAPPELLIN, 1994, p. 271).

Assim como Juliana Pereira demonstra para o caso das sociedades recreativas nas quais a presença masculina nas lideranças era hegemônica, as

¹³ PELO resurgimento da U. O. em Fabricas de Tecidos. **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 1, 19 dez. 1926.

mulheres procuraram encontrar caminhos de luta e subversão, atuando nos clubes por dentro dos limites possíveis (PEREIRA, 2017, p. 124). Dessa forma, é possível ver semelhanças também para o caso dos sindicatos, posto que apesar delas não ocuparem cargos de diretoria, faziam pressão para que suas reivindicações fossem encaradas como problemas a serem enfrentados pela classe trabalhadora têxtil por conta do poder de voto que elas possuíam nas eleições.

A reorganização do operariado feita por homens e mulheres nas fábricas que produziam os mais diversos tecidos também integrava o plano de trabalho do Bloco Têxtil. Além de estimular a reorganização por via sindical (local, nacional e internacionalmente), tal como constava no ponto 9 de seu programa, a chapa propunha ainda que houvesse mobilização dos/as trabalhadores/as dentro das próprias fábricas, visto que em seus ambientes de trabalho, os/as operários/as adquiriam dinâmicas próprias para lidar com seus superiores, conheciam as condições de produção de suas fábricas e sabiam de suas condições de trabalho específicas. Tais experiências deveriam ser partilhadas entre o operariado de cada núcleo fabril para trocar conhecimento, estimular a conscientização e desenvolver formas de atuação próprias em momentos de reivindicação.

Para a eleição da nova mesa diretora, os comandantes em exercício declararam: “esperamos que todos os operarios e operarias saibam cumprir com os seus deveres”¹⁴, sendo novamente reforçada a relevância das mulheres nas fileiras do sindicato, desta vez, como eleitoras de uma diretoria em que não havia representantes femininas. E algumas delas compareceram à reunião de votação, como vemos na imagem abaixo:

¹⁴ O OPERARIADO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 13, 17 dez. 1926.

Imagem 3 – Reunião de votação

Fonte: PELO resurgimento da U. O. em Fabricas de Tecidos. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 19 dez. 1926.

Em fotografia publicada no jornal *A Manhã*, observamos que a assembleia ficou lotada aquela noite, tendo até mesmo que muitas pessoas fiquem de pé. Apesar da baixa qualidade da imagem, é possível ver algumas mulheres sentadas, mas a grande maioria da plateia parece ter sido ocupada por homens. Ao que parece, grande parte dos presentes eram brancos.

Após a contagem dos votos, ficou estabelecida a vitória do Bloco Têxtil com 444 votos contra apenas 88 da chapa diretamente concorrente. As demais tiveram 12 e 5 votos cada. De um total de cerca de 3.000 associados/as, compareceram à votação 554 operários e operárias. Como forma de agradecimento o grupo vencedor publicou no jornal *A Manhã*: “Agradecimento. Aos operarios e ás dignas operarias que mais trabalharam pela nossa chapa, o Bloco Têxtil agradece. E espera todo apoio para que possamos continuar a grande obra reorganizadora da União dos Operarios em Fabricas de Tecidos”¹⁵. Agradecimento este que demonstra que as mulheres estiveram entre aqueles que

¹⁵ CONSOLIDEMOS a victoria. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 5, 22 dez. 1926.

apoiaram o Bloco e atuaram para garantir a vitória desse grupo, o que poderia expressar uma forma de negociação empregada pelas sindicalizadas, já que estas não estavam entre aqueles que se candidatavam nas chapas. Elas possivelmente atuaram para que suas pautas estivessem no programa do Bloco Têxtil e quando conseguiram ser incluídas, trataram de empreender esforços para que esta chapa fosse a eleita. Note também que o reconhecimento foi direcionado “aos operários e às dignas operárias”, reforçando uma noção de moralidade em relação às mulheres trabalhadoras, que mesmo sendo combativas no sindicato, não deixavam de ser dignas. Para a sessão de posse da chapa no dia 31 de dezembro foram convidados os companheiros e companheiras associados/as juntamente com suas famílias, além de representantes de sindicatos coirmãos do Rio de Janeiro e de Niterói¹⁶.

No final do ano de 1927, foi anunciada a eleição da nova diretoria após uma votação que perdurou pelo fim de semana entre os dias 17 e 18 de dezembro. A composição foi a seguinte:

Presidente: Armindo da Costa Valença (reeleito)
 Vice-presidente: José Maria Vieira
 1º secretário: Antonio Cassús
 2º secretário: Euclides do Assis Pereira
 1º thesoureiro: Estanisláo Ferreira Guimarães
 2º thesoureiro: Bruno Succini (reeleito)
 Procurador: Octavio Frutuoso de Brito¹⁷

Essa composição demonstra que por mais um ano, as mulheres não estavam entre aqueles que tomariam as principais decisões sobre os rumos que o sindicato seguiria no próximo ano. Portanto, percebo na UOFT a tendência apontada por Glaucia Fraccaro de que apesar das mulheres não estarem na linha de frente dos sindicatos da classe operária, comandados majoritariamente por homens, elas estiveram presentes e ativas nas lutas da classe trabalhadora, demonstrando capacidade de organização e resistência (FRACCARO, 2016).

¹⁶ VENCEU o “Bloco Textil”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 21 dez. 1926 / CONSOLIDEMOS a victoria. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 5, 22 dez. 1926 / “A MANHÃ” Proletaria. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 6, 26 dez. 1926.

¹⁷ “A MANHÃ” Proletaria. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 7, 20 dez. 1927.

De acordo com June Hahner, embora muitas organizações operárias tenham aceitado mulheres entre seus membros, elas dificilmente eram escolhidas para posições de liderança e cargos de diretoria. A maioria dos delegados, de várias tendências ideológicas, convidados para proferir discursos sobre assuntos de interesse do operariado, era homem (HAHNER, 2003, p. 237). Ou seja, apesar das operárias também participarem das associações, eram os homens que representavam as organizações em congressos, que falavam em nome das sociedades e tomavam as grandes decisões. Contudo, procuro fazer um esforço aqui de analisar os espaços na UOFT em que as mulheres buscaram se inserir e suas formas de atuação para que suas pautas também tivessem legitimidade junto às demandas da classe no geral.

No ano seguinte, a União continuou a defender o direito às férias e, inclusive, mostrava-se atuante nos grandes encontros do Comitê Pró-Lei de Férias, que havia sido fundado em 7 de dezembro de 1927 na sede da UOFT. Em 2 de janeiro de 1928, realizou-se às 20 horas mais uma reunião no mesmo local. Os trabalhos foram iniciados com a fala do presidente do Comitê. Em seguida, pediram a palavra diversos representantes de associações operárias da Capital Federal e do estado do Rio de Janeiro que se fizeram presentes. O comício seguiu noite adentro com grande entusiasmo do público e ficou aprovada a seguinte moção:

O proletariado do Rio de Janeiro, representado pela sua vanguarda mais esclarecida, reunido na sede da União dos Operários em Fabricas de Tecidos, a convite do Comité Pró Lei de Férias com o fim de reclamar contra a falta de execução da Lei de Férias e contra attitude de hostilidade do patronato, cuja enorme maioria se obstina acintuosamente em não cumprir o decreto referido, resolve prestar ao Comité Pró Lei de Férias sua inteira solidariedade, formula seu energico protesto contra a burla da lei e affirma o decidido e inabalavel proposito de levar por diante a campanha ora encetada até que os encarregados da execução da lei se decidam ao cumprimento do seu indeclinável dever.

Ainda mais: concita os operarios e operarias, em geral, a todos quantos trabalham nas officinas, nas fabricas, no commercio e nos transportes a lutar, em bloco na defesa dos seus direitos, extendendo para este fim até aos locaes de

trabalho a ação do Comitê Pró Lei de Férias, criando sub-comitês que secundem os esforços do Comitê Central¹⁸.

Na sede da UOFT, o Comitê Pró-Lei de Férias procurou denunciar o descumprimento desse direito por parte do patronato e convocava as autoridades à responsabilidade pela execução das férias ao operariado. A moção também incitava os operários e as operárias, em geral, a lutarem para a aplicação da lei em seus lugares de trabalho. O intuito então seria que os homens e as mulheres presentes na reunião do comitê levassem as discussões debatidas naquele sindicato para seus locais de trabalho e incentivassem seus companheiros e companheiras a reivindicar tal direito também. Para que a lei fosse efetivamente implementada, era preciso que grande parte dos/as possíveis beneficiados/as reivindicassem direito ao benefício. Assim, mostrou-se necessário que os/as associados/as da UOFT e os/as demais envolvidos/as no Comitê Pró-Lei de Férias atuassem no sentido de propagar para seus/suas colegas de trabalho as decisões tomadas nas reuniões realizadas na União. Após a aprovação da moção, ficou acertada outra grande reunião para o dia 11 daquele mês.

Ainda com o intuito de fortalecer o sindicato, em 4 de agosto, durante a comemoração do 11º aniversário de fundação da associação, foi ressaltada a importância dos “companheiros e companheiras que sempre souberam dar valor á nossa organização e que nos momentos mais agudos souberam e saberão defender o principal organismo que sempre defendeu com ardor e sinceridade os seus associados”¹⁹. Preocupados com a situação que ainda se encontrava a categoria, a União continuava a estimular a reorganização dos/as operários/as têxteis em torno do sindicato declarando que:

Ou nos reorganizaremos com o apoio decisivo dos trabalhadores conscientes ou então afundaremos no abysmo pela nossa ineptia, má vontade e pouco caso que temos ligado, dando ensejo assim a voltarmos ao horario primitivo de 10 horas ou mais de trabalho, á baixa completa nos

¹⁸ EM PRÓL da Lei de Férias. **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 7, 03 jan. 1928.

¹⁹ VIDA Proletaria. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 4, 04 ago. 1928.

ordenados, trabalharmos accorrentados sem direito sequer de reclamar²⁰.

Ciente de que as mulheres representavam uma parcela considerável da classe trabalhadora têxtil e que elas eram atuantes no sindicato tal qual foi ressaltado no texto comemorativo de aniversário da União, a diretoria também direcionava convocações à sindicalização delas por meio da imprensa. Em 31 de agosto, foi publicado no *Diario Carioca* um convite à associação na UOFT a uma operária, que não teve seu nome identificado, mas que possivelmente chamou a atenção na imprensa por abordar a situação precária em que se encontrava o operariado têxtil naquele período. Com texto endereçado “à companheira”, a diretoria tratou de convidar a “digna companheira” para fazer parte do sindicato “afim de podermos melhorar as nossas condições moraes e economicas”²¹. Percebemos aí que a entrada de mulheres no sindicato era percebida como um apoio mútuo, visto que se de um lado a associação lutava por melhores condições de trabalho e remunerações para o operariado, de outro, contar com o apoio das mulheres representava uma contribuição para o aperfeiçoamento moral da classe, visto que elas seriam consideradas mais propícias a possuir qualidades morais do que os homens, e, portanto, contribuiriam para o melhoramento da organização sindical. Tal qual demonstra Sueann Caulfield, a força moralizadora da honestidade das mulheres causaria harmonia na família e na sociedade (CAULFIELD, 2000, p. 26) e, nesse sentido, trazê-las para os sindicatos significaria tornar esses espaços e seus associados mais respeitáveis do ponto de vista moral, visto que, segundo os estereótipos de gênero do período, a noção de feminilidade estava atrelada à delicadeza, à virtude e ao altruísmo (BESSE, 1999, p. 145-147), características indispensáveis para aquelas que deveriam “ajudar” na luta por melhores condições de vida e trabalho dentro do sindicato têxtil.

O texto segue tratando da importância da sindicalização como forma de solucionar a crise em que a classe se encontrava e terminava conclamando que

²⁰ VIDA Proletaria. **Diario Carioca**, Rio de Janeiro, p. 4, 04 ago. 1928.

²¹ VIDA Proletaria. **Diario Carioca**, Rio de Janeiro, p. 4, 31 ago. 1928.

a “digna companheira” e tantas outras que se sentissem encorajadas a ocupar as fileiras da UOFT atentassem ao apelo da diretoria e se associassem, tal qual vemos no trecho a seguir:

[...] Companheiras! As condições dos trabalhadores no Brasil vão de mal a pior. Como por termo a esta calamidade? Companheira! Não vacileis, ingressai imediatamente na União, pois só unidos os trabalhadores poderão conquistar o que lhe é necessário e de justiça.

[...]

Para que possamos executar um trabalho regular, pedimos a prezada companheira a resposta de dentro de oito dias, o que será procurada.

Sem mais, crente que a digna companheira corresponderá ao nosso apelo, subscrevo me.

Pela diretoria

O secretário²²

Junto ao texto, foi anexada uma ficha de inclusão no quadro social da União em que eram solicitadas informações como nome, fábrica, seção de trabalho, idade, estado civil e endereço. Chamo a atenção para a opção no formulário que questionava se a operária seria “Casada ou solteira?”. Interrogo-me quais implicações estariam em torno de tal questionamento. A operária casada poderia ingressar na União sem seu marido ser associado também? Haveria pressão para que as casadas sindicalizassem seus companheiros? Operárias solteiras teriam maior disponibilidade de participar de reuniões e eventos do que as casadas? Trabalhadoras casadas trariam maior respeitabilidade para o ambiente sindical? Trabalhadoras solteiras exigiriam maior vigilância e controle do que as casadas? As mulheres casadas encontravam dificuldades para participar de reuniões, comícios e festivais? Faço aqui um exercício de questionamento e reflexão sobre as possibilidades do campo “estado civil” na ficha de inclusão no quadro social do sindicato. Contudo, é importante atentar que “estado civil” não traduz a real situação conjugal das camadas populares, tanto no presente quanto no passado. Além disso, deve-se levar em conta que para as mulheres, articular o trabalho fabril com as tarefas domésticas e a criação dos filhos e, ainda por cima, conseguir

²² VIDA Proletaria. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 4, 31 ago. 1928.

tempo para participar das atividades sindicais foi e ainda é sempre mais difícil para as casadas e mães (SARDENBERG et al., 2000).

Em novembro, às vésperas da realização do festival promovido pela UOFT, o anúncio do evento foi mais uma vez ocasião para tratar da sindicalização de homens, mulheres e crianças. Foi comunicada a necessidade de companheiros que trabalhassem junto ao “Comitê de Organização”. Não ficando claro se as mulheres poderiam integrar tal grupo de trabalho. Já havia uma mobilização feita por operários e operárias em várias fábricas na tentativa de angariar novos/as associados/as, mas era preciso que outros companheiros e companheiras se disponibilizassem a ajudar em tal tarefa²³ que visava à concentração de esforços para organizar a categoria têxtil em torno do sindicato do setor. O próprio festival realizado pela associação já era uma celebração onde através da sociabilidade festiva buscava-se angariar novos/as membros, mas antes mesmo da realização da festa, o sindicato já solicitava que seus/suas sindicalizados/as atuassem em seus locais de trabalho para atrair associados/as, utilizando-se então das redes de sociabilidade deles/as para a ampliação do sindicato.

O ano de 1929 foi um período de forte atuação da União para implementação da Lei de Férias tendo como norteador o caso da Fábrica de Tecidos Botafogo. Logo no início de janeiro, o *Diario Carioca* noticiou que cerca de 800 operários, entre homens, mulheres e crianças, tinham sido dispensados da Fábrica Botafogo sem nem ao menos receberem as férias a que tinham direito. Após o anúncio de demissão de 800 trabalhadores/as da Fábrica de Tecidos Botafogo, a diretoria da Companhia declarou o fechamento do estabelecimento para o dia 31 de janeiro, ou seja, aqueles/as que ainda permaneciam atuando na fábrica também seriam demitidos/as. A UOFT então procurou atuar junto aos/às demitidos/as para que estes/as lutassem pelo seu direito às férias.

Para o dia 19 foi convocada reunião da UOFT para tratar das demissões em massa da Fábrica Botafogo, do pagamento das férias e convocar os têxteis

²³ VIDA Proletaria. **Diario Carioca**, Rio de Janeiro, p. 4, 23 nov. 1928.

para se congregarem em torno da bandeira da União na conquista pelo cumprimento do direito ao descanso anual remunerado.

À reunião iniciada às 21 horas, compareceram trezentos operários. Tomaram a palavra o presidente da UOFT, Manoel Ignacio de Castro; Erico de Gusmão, contramestre da Fábrica Botafogo; o companheiro Armindo que expressou a solidariedade dos operários da Fábrica Maracanã; e o companheiro Julio, cuja fábrica em que trabalhava não foi mencionada. E assim como no caso apresentado na introdução desse artigo, uma única operária se levantou e proferiu discurso na reunião em meio a tantos companheiros bem articulados. Diferente de Elisa Gonçalves, que falou na UOFT em 1917, a companheira que discursou naquela noite de 19 de janeiro de 1929 não teve seu nome registrado. Sendo a única entre aqueles que tomaram a palavra naquela reunião que não teve sua identidade identificada. Tal omissão poderia demonstrar certo desinteresse por parte do articulista do *Diário Carioca* em registrar o nome da única mulher que falou para o público aquele noite. Tal “desinteresse” contribui para que tenhamos obstáculos em conhecer algumas das mulheres que ampliavam os limites disponíveis a elas no sindicato. Em sua fala, a operária tratou de encorajar os companheiros a persistirem unidos e prosseguirem na luta pela União. Por fim, Manoel Ignacio de Castro deu explicações sobre as ações em torno da Lei de Férias, sendo marcadas duas reuniões, uma para os/as operários/as da Fábrica Botafogo e outra para a classe em geral²⁴.

Em 21 de fevereiro, a diretoria da União publicou convocatória em *A Manhã* para que os companheiros e companheiras, associados/as da UOFT, estivessem presentes na assembleia geral que se realizaria no dia 23 do mesmo mês e teria a seguinte pauta: festival pró-lei de férias, propaganda, reorganização da classe, revisão das matrículas, reorganização da secretaria e a necessidade de ficar um diretor efetivo à serviço da União. Foi solicitado que os/as associados/as levassem suas carteiras de sócios para poderem votar²⁵. Na assembleia ficou decidido que o festival pró-lei de férias seria realizado em 13

²⁴ VIDA Proletaria. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 4, 22 jan. 1929.

²⁵ “A MANHÃ” Proletaria. **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 10, 21 fev. 1929.

de abril, sendo o evento aprovado juntamente com o programa apresentado pela diretora²⁶.

No final de fevereiro e no início de março, a diretoria tratou novamente de publicar na imprensa convocatória para que os/as operários/as demitidos/as da Fábrica Botafogo fossem até o sindicato levando suas cadernetas de férias a fim de assinarem seus nomes no requerimento que seria enviado ao Conselho Nacional do Trabalho. Foi informado que um grande número de operários e operárias já havia comparecido e que apenas os que pleiteassem o direito teriam a possibilidade de receber. O documento ficou à disposição para ser assinado no sindicato até o dia 7 de março²⁷.

No início de março também foi anunciada a composição da nova diretoria que comandaria a União por aquele ano, sendo a seguinte:

Presidente, José Giglio; vice-presidente: Arnaldo Mazza Junior; 1º secretário: Thomaz Rodrigues; 2º secretário: Domingos Gutierrez; tesoureiro: Euclides Corrêa; orador: Alvaro de Souza Vianna. Conselho fiscal: Raul Corrêa, Renato Nascimento, Lucio S. Maia, Julio Jordão e Manoel Costa Pinto²⁸.

Mostrando que, mais uma vez, apesar das mulheres se sindicalizarem, participarem das reuniões e assembleias, atuarem em comitês para angariar novos/as associados/as e integrarem o corpo eleitoral nas votações, elas não ocupavam os cargos de diretoria da União. Não se sabe se as mulheres eram impossibilitadas de disputar e ocupar cargos de diretoria ou se não se voluntariavam a ocupar tais espaços no sindicato. Contudo, deve-se refletir que as mulheres além do trabalho fabril ainda exerciam uma dupla jornada, sendo elas as responsáveis pela execução das tarefas domésticas e pela criação dos filhos. Assim, ter uma participação ativa no sindicato como associada já deveria fazer parte de um malabarismo para dar conta de todas as suas atribuições e, portanto, ocupar um cargo de diretoria exigiria um tempo disponível que talvez fosse difícil para elas dispor.

²⁶ “A MANHÃ” Proletaria. **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 10, 27 fev. 1929.

²⁷ “A MANHÃ” Proletaria. **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 10, 28 fev. 1929. / **VIDA Proletaria. Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 4, 01 mar. 1929.

²⁸ **VIDA Proletaria. Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 4, 02 mar. 1929.

Cabe pontuar também que assim como destacou Elizabeth Souza-Lobo “a noção de sindicato, na consciência de trabalhadores de ambos os sexos, identifica-se com a de ‘espaço masculino’, de um lugar para homens” (LOBO, 2011, p. 47), levando isso em consideração, reconheço que havia obstáculos colocados para aquelas que quiseram se dispor ao desafio de ocupar um cargo de liderança no sindicato e foram impedidas.

Encerrado o período de angariação das assinaturas para o requerimento que seria enviado ao Conselho Nacional do Trabalho, a diretoria solicitou que aqueles/as que foram representados/as pelo companheiro Erico de Gusmão, por meio de procuração, fossem até o sindicato com suas cadernetas para que se desse andamento ao trabalho iniciado. Os/As convocados/as eram os seguintes:

Virgilio Moreira da Silva, Elvira Soares das Dores, Julia Ferreira Marques, assistida de seu marido José Ferreira de Abreu, Manoel da Matta Coelho, Antonio Henriques, José Ferreira de Abreu por si e por seu filho impubere Antonio Manoel de Oliveira Cruz, Antonio Robles, Elodia da Silva, Carlos Brun de Castro, Heitor Corrêa da Costa, José Jandorno, Orlindo José Fernandes, Amaro Vieira da Silva, Domiciano Souza, Manoel Possidonio de Abreu, Joaquina Moraes Cruz assistida de seu marido Manoel de Oliveira Cruz, Luiz Perelli, Dandalio Moreira de Silva, Abelardo dos Santos, José Francisco da Silveira, Gastão Duarte, e Oldarico de Paula Barros²⁹.

Analisando a lista, é possível perceber que as mulheres procuraram assinar o requerimento para reinvidicação das férias tanto comparecendo ao sindicato quanto por intermédio de procuração concedida a Erico de Gusmão. Dentre os 24 convocados, contando com aqueles que deveriam assistir suas esposas, 4 eram mulheres. Não considerei na contagem Antonio Manoel de Oliveira Cruz, pois este seria representado por seu pai José Ferreira de Abreu, por ser menor de idade. Dentre as 4 mulheres, 2 deveriam comparecer acompanhadas de seus maridos. Ao convocá-los, não se sabe se seus companheiros também seriam operários demitidos da Fábrica Botafogo e, portanto, a diretoria solicitava o comparecimento do casal. No entanto, o termo “assistida” leva a acreditar que seja mais provável que, por serem mulheres

²⁹ VIDA Proletaria. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 4, 14 mar. 1929.

casadas, segundo o artigo 233 do Código Civil de 1916, no matrimônio, o marido era a representação legal da família e dependia dele a autorização para exercer profissão e litigar em juízo civil ou comercial³⁰. Posto que o requerimento seria enviado ao Conselho Nacional do Trabalho para que as operárias demitidas tivessem direito a receber o pagamento de suas férias, seus maridos, então, deveriam conceder suas autorizações para isso. Nesse sentido, podemos inferir que as outras duas operárias ou eram solteiras ou se encontravam em uniões informais, ou seja, que não eram regidas pelo Código Civil e, portanto, elas não dependiam da autorização de seus companheiros para dar entrada no pedido de pagamento de férias.

Para auxiliar com os custos da empreitada do cumprimento da Lei de Férias para os companheiros e companheiras que pleiteavam através da União foi organizado um festival no dia 13 de abril no salão da Associação de Resistência dos Cocheiros e Classes Anexas. Foram nomeados em assembleia para compor a comissão do festival os seguintes associados: Epidio Nunes, José Maria Vieira, Julio Kengen, José Lima, Joaquim dos Santos, Jayme da Silva, Antonio Moya e Manoel Silveira Martins³¹. Não tendo nenhuma mulher integrado a comissão.

No dia 13 de abril foi publicada nova lista de trabalhadores/as que já haviam dado entrada em seus requerimentos junto ao CNT, mas que continham pendências, como assinaturas ou esclarecimentos. Os/As convocados/as foram:

Euflozino José de Mattos, Sebastião Pimentel, Maria Rodrigues da Costa, Olivia Carvalho, Guiomar Alves Azevedo, Casemira Cardoso, Marciolina Maria da Conceição, Ambrosina Pinto, Patrocínia Raphael, Maria da Conceição, Domingas Maria de Jesus, Benedicta da Conceição, Gloria Cravo e Maria Zinelli³².

Dos 14 convocados, 12 eram mulheres. Tal indicativo demonstra que um certo número das operárias demitidas da Fábrica Botafogo não se intimidou com a recusa da diretoria em pagar as férias a que os/as trabalhadores/as tinham

³⁰ BRASIL. **Código Civil de 1916**. Lei nº 3.071, de 1 de janeiro de 1916. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 12/03/21.

³¹ VIDA Proletaria. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 4, 06 abr. 1929.

³² VIDA Proletaria. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 4, 13 abr. 1929.

direito e com o apoio da UOFT, buscou por vias legais reaver seus direitos. Nessa etapa do processo, essas convocações demonstravam que a documentação dos requerentes estava sendo examinada e que, portanto, a requisição de seus direitos parecia estar sendo levada a sério. Em 23 do mesmo mês, outra lista foi divulgada: Dyonizio Martins das Neves, Domiciano de Souza, José Ferreira de Abreu e seu filho Antonio, Julia Pereira Marques, João de Assis, Antonio Henriques, Abelardo dos Santos e Gastão Duarte³³.

Dias depois, foi anunciado que toda mobilização feita pela União e pelos/as demitidos/as estava começando a obter resultados positivos. Em virtude da pressão feita pelos/as trabalhadores/as requerendo seus direitos, o Conselho Nacional do Trabalho intimou a Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado a responder sobre o caso. A Companhia, por sua vez, apresentou embargos ao acórdão referente à condenação imposta pelo CNT por conta dos primeiros requerimentos feitos por intermédio do companheiro Erico de Gusmão e do advogado Castro Rebello. Ao saber da decisão, o advogado se prontificou a comparecer ao CNT para se informar melhor e apresentar contestação³⁴.

A última notícia a que tive conhecimento sobre o caso foi publicada em *A Manhã* em 21 de junho de 1929. Na ocasião, a União convidava seus associados a comparecerem à assembleia geral no dia 22 do mesmo mês para tratar de alguns assuntos, entre eles, dar explicação sobre o pedido de 500\$000 para o advogado Castro Rebello tratar das férias e dar explicações também sobre o andamento dos processos das férias no CNT³⁵.

Em dezembro de 1930, após a instauração do Governo Provisório chefiado por Getúlio Vargas, o ministro do trabalho Lindolfo Collor, como uma de suas primeiras medidas no comando do cargo, procurou conhecer a situação da indústria têxtil e as condições de trabalho do operariado. Para isso, convidou alguns industriais e representantes de associações operárias para que se reunissem com ele. Sendo assim, em 10 de dezembro, a União dos Operários

³³ VIDA Proletaria. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 4, 23 abr. 1929.

³⁴ VIDA Proletaria. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 4, 27 abr. 1929.

³⁵ “A MANHÃ” Proletaria. **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 11, 21 jun. 1929.

dos Fábricas de Tecidos entregou ao ministro um memorial onde constavam suas demandas. No documento foram elencados 16 pontos de reivindicação, dentre pautas relativas a questões gerais da classe, a regulamentação do trabalho de menores, a continuidade da luta pela Lei de Férias, os direitos das mulheres também se fizeram presentes como podemos ver abaixo:

- e) dispensas do serviço á mulher grávida quinze dias antes e quinze dias depois do parto, assegurada ás mesmas a metade dos respectivos salarios no alludido periodo;
- f) assegurar ás lactantes o direito de interromperem o serviço o numero de vezes prescripto pelos medicos do Ministerio do Trabalho, afim de aleitarem os filhos nas creches que deverão ser installadas em todas as fabricas;
- g) egualdade de salarios para homens e mulheres no mesmo serviço;³⁶

Notemos então que em um momento de abertura do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para diálogo e proximidade com sindicatos e líderes operários, as mulheres sindicalizadas da UOFT conseguiram inserir suas pautas na lista de reivindicações entregue ao ministro. Dentre os 16 pontos, constavam o direito à licença maternidade, o direito à amamentação, a igualdade salarial entre homens e mulheres e a construção de creches em fábricas.

É importante salientar que a defesa da igualdade salarial ia de encontro à ideia de que as remunerações recebidas pelas mulheres serviriam para complementar a renda familiar e que, portanto, elas poderiam ganhar menos do que os homens (BESSE, 1999, p. 147). Por um lado, ao defender a equiparação de salários entre homens e mulheres ressaltava-se a importância de se exercer uma função remunerada também para as mulheres. Por outro, ao igualar as remunerações passava-se a se tornar mais rentável contratar homens por conta da capacidade reprodutiva das mulheres que as ausentavam do trabalho por um tempo no pós-parto. Gláucia Fraccaro ressalta que em documento enviado ao interventor de São Paulo e encaminhado ao MTIC, em agosto de 1931, pela UOFT paulista, apesar de constar a defesa da aplicação da “licença-maternidade sem prejuízo dos vencimentos” (FRACCARO, 2018, p. 13) havia também um

³⁶ O DIA no Ministerio do Trabalho. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 7, 11 dez. 1930.

apelo para que as mulheres fossem gradativamente tiradas das fábricas e substituídas por homens. Pauta esta que não constava entre as reivindicações do sindicato têxtil do Rio de Janeiro. Essa diferenciação de postura entre as associações do Rio de Janeiro e de São Paulo nos permitiu pensar que não havia um consenso por parte dos próprios trabalhadores acerca da mão de obra feminina no espaço industrial e, acima de tudo, possibilita presumir que as atuações das operárias têxteis dentro da UOFT do Rio propiciaram a elas serem mais reconhecidas como sujeitos de direito e dignas de exercer atividades no mercado de trabalho produtivo. Permite ainda refletir sobre as disputas que permeavam as relações de poder presentes nos sindicatos, focalizando, sobretudo, as mulheres trabalhadoras.

Considerações finais

A exclusão das mulheres das posições de diretoria na União dos Operários em Fábricas de Tecidos está diretamente ligada à desigualdade de gênero e à manutenção das relações de poder. Na dinâmica sindical, poder significa quem toma as decisões em relação às prioridades da vida sindical, quais temas são inseridos na pauta de negociações, quem fala e representa a heterogeneidade de seus/suas integrantes e por quais hierarquias as experiências são codificadas (CASTRO, 1995, p. 32). Assim, ao focalizar a agência e as atuações delas na luta sindical por dentro das brechas possíveis, analisamos os espaços conquistados por elas antes de catalogá-los depreciativamente como espaços de segregação (CAPPELLIN, 1994, p. 289).

Nesse sentido, procurei destacar que uma vez sindicalizadas na UOFT, as mulheres procuraram se fazer presentes em datas comemorativas, assembleias e votações, pressionaram para que suas pautas fossem observadas por chapas que se candidatavam e apoiaram a chapa que abraçou suas demandas, demonstrando assim que elas buscaram encontrar caminhos de luta e subversão, atuando por dentro dos limites possíveis no sindicato.

Embora enfrentassem desafios para ocupar cargos de diretoria na União, as mulheres trabalhadoras se articularam para que suas reivindicações, atreladas sobretudo a sua capacidade reprodutiva, fossem incorporadas às demandas da

categoria têxtil e defendidas pela UOFT nos últimos anos da Primeira República e no início do Governo Provisório de Getúlio Vargas. Nesse sentido, no decreto nº 21.417-A, de 17 de maio de 1932, que regulava as condições de trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais, notamos que as pautas apresentadas pelo sindicato têxtil do Rio de Janeiro ao ministro do trabalho Lindolfo Collor (equidade salarial, licença maternidade, pausas na jornada de trabalho para amamentação e construção de creches nas fábricas) constavam nessa legislação de regulamentação do trabalho feminino.

Percebo que antes de 1930, os sindicatos precisavam demonstrar sua força através de seu tamanho e de seu engajamento e, portanto, incentivar a sindicalização de mulheres foi importante para o crescimento e fortalecimento da União num contexto de luta em defesa da Lei de Férias e no qual o sindicato só teria reconhecimento se fosse uma força social unificada que conquistasse melhores condições de vida e trabalho para a categoria que representava. No entanto, a partir de 1930, novos contornos se formaram no jogo político. Em um cenário em que o Governo Provisório colocava a questão social no centro do debate, buscando estabelecer contato direto com representantes de sindicatos via ministro do trabalho e, após a lei de sindicalização (Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931), trazendo os sindicatos para dentro da estrutura do Estado, estabeleceram-se aí outros modos de reivindicação de luta por direitos que mudaram as relações que se mantinham com o operariado feminino até aquele momento. Contudo, apesar de observar certo apagamento da atuação delas no discurso público do sindicato através das comunicações feitas com o ministro do trabalho a partir de 1931, na prática, as operárias têxteis da Capital Federal buscaram ingressar no sindicato da categoria e, conseqüentemente, ter acesso aos direitos trabalhistas, tal como a Lei de Férias, tão reivindicada nos anos anteriores. Dois anos após a promulgação da nova Lei de Férias (Decreto 23.768, de 18 de janeiro de 1934), que restringia o direito aos/às sindicalizados/as em associações reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos do Rio de

Janeiro contava com um número maior de mulheres sindicalizadas do que homens (3.633 mulheres e 3.056 homens)³⁷.

Referências

A ELEIÇÃO do dia 18 na U. O. em Fabricas de Tecidos. **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 2, 17 dez. 1926.

A ELEIÇÃO do dia 18 na U. O. em Fabricas de Tecidos. **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 7, 17 dez.1926.

“A MANHÃ” Proletaria. **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 6, 26 dez. 1926.

“A MANHÃ” Proletaria. **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 7, 20 dez. 1927.

“A MANHÃ” Proletaria. **A Manhã**, Rio de Janeiro, p.10, 21 fev. 1929.

“A MANHÃ” Proletaria. **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 10, 27 fev. 1929.

“A MANHÃ” Proletaria. **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 10, 28 fev. 1929.

“A MANHÃ” Proletaria. **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 11, 21 jun. 1929.

ALMEIDA, Marisangela Lins de. Mulheres do campo, sindicalismo e ação política: a construção histórica da categoria trabalhadora rural. **Caminhos da História**, v. 26, n° 1, 2021.

BERTOLIN, Patricia Tuma Martins; KAMADA, Fabiana Larissa. Ausentes ou invisíveis? A participação das mulheres nos sindicatos. **Caderno Espaço Feminino**, v. 25, 2012.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BRASIL. **Código Civil de 1916**. Lei n° 3.071, de 1 de janeiro de 1916. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 12/03/21.

BRASIL. **Recenseamento geral do Brasil de 1920**. Volume V. Rio de Janeiro. Typ. da Estatística. 1927.

CAPPELLIN, Paola. Viver o sindicalismo no feminino. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro/CIEC/ECO/UFRJ, 1994.

³⁷ OS OPERARIOS syndicalizados nesta capital. **Diario de Noticias**, Rio de Janeiro, p. 7, 16 fev. 1936.

CASTRO, Mary Garcia. Gênero e poder no espaço sindical. **Estudos Feministas**, p. 29-51, 1995.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

CONSOLIDEMOS a victoria. **A Manhã**, Rio de Janeiro, p.5, 22 dez.1926.

EM PRÓL da Lei de Férias. **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 7, 03 jan.1928.

ESTATUTOS da União dos Operários em Fábricas de Tecidos. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. Fundo: Primeiro Ofício de Registros de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro. Série: Estatutos de Sociedade Civil. Notação: V-61. Registro nº.910. 24 de janeiro de 1918.

EXTRATO da União dos Operários em Fábricas de Tecidos. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. Fundo: Primeiro Ofício de Registros de Títulos e documentos do Rio de Janeiro. Série: Estatutos de Sociedade Civil. Notação: V-61. Registro nº.910. 24 de janeiro de 1918.

FARNSWORTH-ALVEAR, Ann. El misterioso caso de lós hombres desaparecidos: gênero y clase em el Medellín de comienzos de la era industrial. **Historia y Sociedad**, nº, 3, 1996.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1983.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 37, nº 76, 2017.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. **Os direitos das mulheres – organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2016.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. Uma história social do feminismo: diálogos de um campo político brasileiro (1917-1937). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 31, nº 63, p. 8-26, janeiro-abril 2018.

FRENCH, John D. **O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950**. Editora Hucitec/ Prefeitura de São Caetano do Sul: São Paulo – São Caetano do Sul, 1995.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HAHNER, June E. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil (1850-1940)**. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

LOBO, Elisabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1991.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço produtivo no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n° 47. 2004.

MILKMAN, Ruth. Introduction. **Women, Work & Protest**. London: Routledge & Kegan Paul, 1991.

O DIA no Ministerio do Trabalho. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 7, 11 dez. 1930.

O OPERARIADO. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 17, 30 set.1926.

O OPERARIADO. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 12, 09 out. 1926.

O OPERARIADO. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p.13, 17 dez.1926.

O OPERARIADO. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 15, 18 dez.1926.

OS OPERARIOS syndicalizados nesta capital. **Diario de Noticias**, Rio de Janeiro, p. 7, 16 fev. 1936.

OS TECELÕES agitam-se na Fabrica de Tecidos Alliança. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 7, 25 out. 1917.

PELO resurgimento da U. O. em Fabricas de Tecidos. **A Manhã**, Rio de Janeiro, p.1, 19 dez. 1926.

PEREIRA, Juliana da Conceição. **Clubes dançantes e moralidades no Rio de Janeiro da primeira República**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, 2017.

PIRES, Isabelle Cristina da Silva. **Entre teares e lutas: relações de gênero e questões etárias nas principais fábricas de tecidos do Distrito Federal (1890-**

1932). Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2018.

PIRES, Leila Cristina Pinto. **A trajetória de Albino Moreira Dias no movimento operário têxtil** – Rio de Janeiro e Petrópolis (1906-1919). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História, 2014.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista** – Brasil 1890-1930. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

SARDENBERG, Cecilia M. B.; REIS, Helyom Rogério; FERREIRA, Francismeire; BONFIM, Tatiana. Mulheres e Sindicatos: Presença feminina no Sindtêxtil-Bahia nos anos 50. Trabalho apresentado no **VI Simpósio Baiano de Pesquisadoras (es) sobre Mulher e Relações de Gênero**, promovido pelo NEIM/UFBA. 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6877/1/MULHERES%20E%20SINDICATOS.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

SANTOS, Beatriz Gonçalves dos. **O eco das fábricas: mobilizações femininas no ciclo operário paulista (1975-1978)**. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2020.

TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 30, nº 61, p. 497-518, maio-agosto 2017.

UNIÃO dos Operarios em Fabricas de Tecidos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 9, 10 ago. 1926.

VENCEU o “Bloco Textil”. **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 1, 21 dez.1926.

VIDA Proletaria. **Diario Carioca**, Rio de Janeiro, p. 4, 04 ago.1928.

VIDA Proletaria. **Diario Carioca**, Rio de Janeiro, p.4, 31 ago. 1928.

VIDA Proletaria. **Diario Carioca**, Rio de Janeiro, p. 4, 23 nov. 1928.

VIDA Proletaria. **Diario Carioca**, Rio de Janeiro, p. 4, 01 mar. 1929.

VIDA Proletaria. **Diario Carioca**, Rio de Janeiro, p. 4, 02 mar. 1929.

VIDA Proletaria. **Diario Carioca**, Rio de Janeiro, p. 4, 14 mar. 1929.

VIDA Proletaria. **Diario Carioca**, Rio de Janeiro, p. 4, 06 abr. 1929.

VIDA Proletaria. **Diario Carioca**, Rio de Janeiro, p. 4, 13 abr. 1929.

VIDA Proletaria. **Diario Carioca**, Rio de Janeiro, p. 4, 23 abr. 1929.

VIDA Proletaria. **Diario Carioca**, Rio de Janeiro, p. 4, 27 abr. 1929.

VIDA Proletaria. **Diario Carioca**, Rio de Janeiro, p. 4, 22 nov. 1929.

WOLFE, Joel. **Working women, working men: São Paulo and the Rise of Brazil's Industrial Working Class, 1900-1955**. Durham and London: Duke University Press, 1993.

Recebido em: 23 de novembro de 2021

Aceito em: 21 de novembro de 2022